Acervo ISA

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

**Fonte:** Diário de Brasília **Class.:** 140

**Data:** 06.02.75 **Pg.:**

Yrano de Jaramillo

6/2/75

BELO HORIZONTE — A alteração do Estatuto do Índio, para facilitar a emancipação coletiva, anunciada pelo Ministro Rangel Reis, na entrevista em que falou da irreversibilidade da construção da estrada Manaus-Caracaraí, foi hoje condenada pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário, Padre José Vicente César, afirmando que "não está certo mudar um instrumento que mal entrou em vigor".

Para o presidente do CIMI, "mais precupada que o Governo em preservar a cultura indígena, a Igreja considera que a emancipação individual, principalmente de grupos de índios deve ser dificultada ao máximo" não concordando com a alteração do estatuto, "que precisa primeiro ser realmente posto em prática, para depois reformular o que não condiz com a realidade indigenista".

Na entrevista que concedeu em Belo Horizonte, de volta de uma viagem de uma semana às aldeias Maxacalis e Pataxós, o Padre José Vicente Cesar disse que a política indigenista está claramente definida no Estatuto do Índio, "que ficou dois anos sob o crivo da Igreja, recebeu muitas críticas e só entrou em vigor há cerca de um ano, não tendo ainda sido realmente aplicado".

# Indigenista contra idéia de alterar Estatuto do Índio

Acrescentou que, "na sua interpretação, há divergências, pois a Igreja insiste mais na preservação da cultura indígena do que o Governo, entendendo que a emancipação deve ser dificultada ao máximo. O CIMI, entretanto, não pode concordar com a modificação do Estatuto do Índio, que precisa primeiro ser testado na prática, antes de sofrer alterações que, mais tarde, poderão ser consideradas necessárias".

Afirmou que a política indigenista brasileira, definida no Estatuto, demonstra uma preocupação fundamental em não se destruir a coesão tribal, cujos elementos principais de manutenção são a cultra espiritual (religião) e a língua, Para manter e revigorar esses elementos é que o CIMI promoverá, em Governador Valadares, em maio - junho, um Encontro de Pastoral Indígena, a fim de definir a assistência religiosa aos grupos de Minas e Bahia.

O encontro reunirá os bispos de Governador Valadares, Teófilo Otoni, Caravelas, Ilhéus e Vitória, com a participação de antropólogos e indigenista do CIMI. O padre José Vicente Cesar explicou que, durante o encontro "se buscará um caminho para a assistência religiosa aos índios Maxacalis e Pataxós. Todos já foram cristanizados e o que se pretende é restaurar suas práticas antigas, revestindo o catolicismo de elementos autênticos indígenas, como já se fez com os Xavantes e Bororós".

Esclareceu que não se pode querer restabelecer a cultura religiosa de seus ancestrais "pois os índios receberiam isto com um rebaixamento, o que se pretende é dar uma assistência, através de padres que conheçam a cultura, falem sua língua e entendam suas tradições. Já dentro desta orientação, o bispo de Teófilo Otoni colocará três freiras brevemente, junto aos Maxacalis, havendo planos para que outras sejam levadas para a aldeia dos Pataxós, na Bahia".

Segundo o presidente do CIMI, os próprios Maxacalis querem essa assistência religiosa, que, entretanto, só será definida no encontro de Governador Valadares, "pois não se pretende destruir a cultura religiosa da tribo". Com relação aos Pataxós, disse que "já apresentam um mau sinal, pois estão falando mais a língua "maxacalis" que a sua própria, e como a língua e a cultura religiosa são os principais elementos da coesão tribal, sua cultura ameaça ser extinta e tudo deve ser feito para preservá-la".

O padre José Vicente Cesar disse ainda que estão sendo completados os preparativos para a transferência de 45 a 50 índios Guaranís que vivem atualmente em Carmesia, em Minas, para Porto Seguro, na Bahia, onde irão ocupar a futura aldeia de Corumbau, perto da aldeia Barra Velha, dos Pataxós. Explicou que os Pataxós não representam qualquer problema, pois aceitam tranquilamente a vizinhança dos Guaranís. Ainda não está decidido se a transferência será feita por ônibus, caminhão ou avião, "mas a mudança será feita com todo cuidado, para se evitar problemas desagradáveis, como doentes ou mortes".

Disse que a transferência é o último recurso previsto no Estatuto do Índio e que, com relação aos Guaranís, o que se pretende é levar para Porto Seguro os descendentes dos índios que realmente assistiram a chegada de Pedro Álvares Cabral. Explicou que os Guaranis realmente pertencem à nação de língua "Tupí - Guarani", o que não acontece com os Pataxós, que são de outra nação "e hoje estão aculturados e até deculturados". Afirmou ainda que, ao contrário do que pensa o IBDF, os índios serão mais uma proteção ao Parque Nacional de Monte Pascoal, "sendo necessário, entretanto, que sejam colocados em reservas, que não sejam acessíveis demais aos turistas".